



SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

O PROGRAMA SÃO PAULO SOLIDÁRIO PARA AÇÕES ALÉM DA RENDA NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE - SP

Silvia Aline Silva Ferreira¹
Edilene Rodrigues²
Neli Henriques Cacozi³

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a importância do trabalho social com famílias para superação da extrema pobreza. A pesquisa foi realizada através de questionário aplicado com as famílias participantes do Programa São Paulo Solidário para Além da Renda no município de Ouro Verde/SP, que objetiva a superação da pobreza multidimensional. Considerando que a superação da pobreza multidimensional transcende a questão econômica e que é necessário identificar as privações das famílias e promover seu acesso às políticas públicas, o município desenvolveu o trabalho social com membros dessas famílias em situação de extrema pobreza com o objetivo de possibilitar a autonomia, o empoderamento e promover a mobilidade social das famílias em pobreza multidimensional.

Palavras Chave: Família, Renda, Pobreza, Trabalho Social

1 INTRODUÇÃO

Os dados do Censo IBGE do ano de 2010 revelaram 16,27 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza extrema (R\$ 70,00 per capita), entre estes, 1.084.428 no estado de São Paulo, aproximadamente 300 mil famílias. Este cenário evidenciou a responsabilidade do governo de localizar essas famílias em pobreza multidimensional e incluí-las nas políticas públicas. No entanto, a partir da definição de estratégias para superação da pobreza multidimensional, a conclusão tomada que somente a transferência de renda visando ultrapassar a linha de pobreza multidimensional não modificaria as condições de vida dessa população. As privações dessas famílias extrapolam a ausência de renda, ou seja, ações que identificam e atuam em outras dimensões da pobreza têm maior potencial para transformar essa realidade.

O Pacto pelo Fim da Miséria na Região Sudeste do Brasil e o termo de cooperação do cartão único foi assinado no Palácio dos Bandeirantes no dia 18 de agosto de 2011, pelo governador Geraldo Alckmin e pela presidente da República Dilma Rousseff, unindo os programas de transferência de renda "Renda Cidadã" e "Bolsa Família".

De acordo com o Decreto de nº 57.440 de 18 de outubro de 2011 ficam definidas a Secretaria de Desenvolvimento Social como coordenadora dos trabalhos, que contarão ainda com a atuação de outras seis secretarias: Educação; Saúde; Emprego e Relações do Trabalho; Habitação; Gestão Pública; e Saneamento e Recursos Hídricos.

Diante deste quadro, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, assumiu o desafio de superar a pobreza multidimensional e promover a mobilidade social. Este desafio é a gênese do Programa São Paulo Solidário.

¹ silviaaline_@hotmail.com.

² edilene-rodrigues@hotmail.com - Prefeitura Municipal de Ouro Verde.

³ cacozi1@uol.com.br - Henriques Cacoza Prestação de Serviços na Área Social.



2 PROGRAMA SÃO PAULO SOLIDÁRIO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa São Paulo Solidário objetivou desenvolver ações que atendessem as necessidades das famílias em situação de extrema pobreza para além da dimensão renda, buscando a superação da pobreza multidimensional a partir de três etapas: Busca Ativa, Retrato Social e Agenda da Família Paulista. No ano de 2011, o São Paulo Solidário deu o primeiro passo ao firmar parceria com 97 municípios das regiões do estado com menor índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A partir desta parceria todas as ações do São Paulo Solidário foram produzidas em conjunto com estes municípios.

Na primeira etapa do programa foi realizado um levantamento de dados através da "Busca Ativa", que localiza as famílias em situação de extrema pobreza e aplica questionário elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Tendo como base os questionários preenchidos durante a "Busca Ativa", os dados foram compilados e tabelados, resultando assim no "Retrato Social", que serviu como um diagnóstico das condições de vida da população. Nele foram verificadas as privações da comunidade local em suas várias dimensões: saúde, educação e padrão de vida.

Feito este diagnóstico, os municípios partiram para construção da Agenda da Família com base na identificação de domicílios realizada durante a Busca Ativa.

Os dados da Agenda da Família acrescentaram novos elementos no que se refere a privações vivenciadas pelos Multidimensionalmente Pobres. Dentre estas, qualificação profissional, melhorias na habitação e acesso a oportunidades de trabalho e geração de renda. Itens que devem ser prioridade na definição de estratégias de superação da pobreza.

Este trabalho possibilitou uma nova iniciativa: o São Paulo Solidário para ações Além da Renda. Nesta etapa o Governo do Estado de São Paulo transferiu recursos para os municípios desenvolverem projetos voltados à superação da pobreza multidimensional.

De acordo com MARTINS, apud YAZBEK, 2004: "Pobreza é fenômeno multidimensional, é categoria política que implica carecimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças".

Simões, 2010 afirma ainda que:

O conceito de *pobreza* (art. 2º, parágrafo único e art. 25 LOAS) refere-se ao cidadão com acesso precário aos bens que satisfazem apenas as necessidades básicas, embora tão somente a elas. De alguma forma, é aquele que recebe renda pessoal, ou da família ou de terceiros, mas que apenas lhe permite o acesso aos bens de sobrevivência social, sem poupança (ver inciso XIII). Em resumo, a pessoa ou família pobre é aquela que tem acesso apenas aos bens que satisfazem as necessidades básicas. (SIMÕES, 2010, p.350, 351).

A família pobre é aquela que é incapaz de obter meios de materiais de sobrevivência, por motivos de falta de acesso, que possam satisfazer as necessidades básicas.

Diante do exposto este artigo tem objetivo de relatar o trabalho social desenvolvido com as famílias em extrema pobreza no município de Ouro Verde – São Paulo.

3 SÃO PAULO SOLIDÁRIO PARA AÇÕES ALÉM DA RENDA NO MUNICÍPIO DE OURO VERDE/SP

Ouro Verde situa-se na região administrativa de Presidente Prudente, estado de São Paulo e sua economia regional é baseada na produção agropecuária, além da



expressiva participação da cana-de-açúcar que desde o ano de 2004 vem apresentando significativo crescimento. O município possui uma população de 7.800 habitantes, sendo 7.170 da zona urbana e 630 da zona rural (IBGE 2010). O aumento da população urbana se deve possivelmente a retração da população rural.

Com relação aos grupos etários o percentual de crianças de 0 a 14 anos é de 28,2, de 15 a 24 anos, 18,2, os dados apontam proporção elevada para os grupos de 25 a 59 anos que é de 42,0, grupos de 60 anos ou mais é de 2,23. A taxa de crescimento por faixa de idade aparece negativa para o grupo de 0 a 14 anos que é 2,12, de 25 a 59 é 0,58 e 60 anos ou mais é de 2,23. A tendência demográfica aponta para um envelhecimento da população.

No sistema econômico o rendimento do emprego informal decresceu de 378 para 371. O percentual de domicílios por faixa de renda que possuem rendimentos menores de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é de 8,4, de $\frac{1}{4}$ a menos de $\frac{1}{2}$ de salário mínimo é de 19,8 e meio salário mínimo a mais é 71,8. Se somarmos a população do município que recebe rendimentos $\frac{1}{4}$ do salário e de $\frac{1}{4}$ a menos que $\frac{1}{2}$ verificamos um percentual de 28,2 da população, portanto, quanto mais elevada a proporção maiores os desafios, uma vez que os rendimentos não suprem as necessidades mínimas de subsistência. (CADUNICO, 2011). Grande parte das famílias é chefiada por mulheres e a principal fonte de renda advém do trabalho temporário em usinas sucroalcooleiras da região.

Com relação a busca ativa, a quantidade de domicílios visitados foi 2.597, sendo que, destes, 1.983 questionários foram validados (76,4%). As privações que mais apareceram elencadas pelas famílias por área de intervenção foram os seguintes: habitação 80,02% , bens domésticos 20,9%, renda/Programas Sociais 18,06%.

4 CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO ATENDIDA

A população atendida pelo projeto foi identificada na busca ativa, e aqueles cidadãos que apresentam privações graves nas áreas de Educação, Saúde e Padrão de Vida, de acordo com o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) da ONU, posteriormente foi construída a agenda da família. Totaliza-se 50 famílias que apresentam como principais privações sociais: moradias precárias, ausência de renda e fragilização dos vínculos familiares e sociais.

5 O SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E O TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS

Pensando na expansão dos serviços socioassistenciais voltadas para o fortalecimento das famílias, foi criado a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social e previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o SUAS teve suas bases de implantação consolidadas em 2005, por meio da sua Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), como já citado a cima, ela apresenta claramente as competências de cada órgão federado e os eixos de implementação e consolidação da iniciativa.

O SUAS estabelece proteções enquanto materialização da LOAS e regulação das ações de Assistência Social, define e organiza elementos na execução da Política de Assistência Social, consolidando seus princípios, diretrizes e objetivos, sendo um sistema articulado e integrado de ações com direção para a Proteção Social.

Onde serão ofertados serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, por níveis de complexidade, respeitando o porte dos municípios, através do processo de implementação do CRAS E CREAS, e tem como centralidade a família, e seus membros e na garantia de vínculos relacionais.



A matricialidade sócio-familiar passa a ter centralidade no SUAS devido ao intencional processo de penalização das famílias, que estão cada vez mais vulnerabilizadas.

O trabalho social com as famílias atendidas pelo Programa São Paulo Solidário, iniciou-se em 2012, com encontros quinzenais, com o objetivo de apoiar às famílias para a ampliação de sua capacidade protetiva, autonomia e superação das situações de vulnerabilidades sociais e riscos pessoais e sociais; bem como a ampliação do acesso a direitos e integração entre acesso a renda, serviços e programas das diversas políticas públicas.

O trabalho objetivou ainda o desenvolvimento de consciência crítica e fortalecimento de processos democráticos e emancipatórios; o fortalecimento do protagonismo e da participação social e construção coletiva de projetos societários que incluam mudanças na realidade onde vivem e a construção de novos projetos de vida individual, familiar e comunitária, além das transformação das relações – sejam elas familiares ou comunitárias, com resgate, fortalecimento ou construção de novas relações. Depois de dois anos de trabalho, sentimos a necessidade de aplicar um questionário que identificasse as condições de vulnerabilidades e os desdobramentos resultantes do trabalho social realizado com as famílias.

Para tanto, foi aplicado um questionário com as famílias participantes, a fim de que pudessem registrar sua percepção em relação ao desenvolvimento do programa.

Ressaltamos que o número de famílias presentes nos grupos não tem sido alto, o grupo de famílias iniciou-se com 50 pessoas e atualmente esta 23 participantes, pois grande parte está hoje empregada nas usinas da região.

6 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

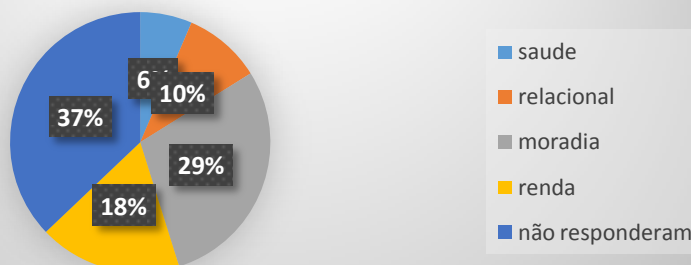
A primeira pergunta do questionário foi sobre a opinião das famílias em relação ao Programa, sendo que 50% não responderam, 35% afirmaram que o programa é “Muito Bom”, 15% disseram ser Regular. Acreditamos que os 50% que não responderam sobre o conceito do programa são aqueles que ainda não atingiram um nível de conhecimento suficiente do programa e desta forma sentiram-se mais seguros em não opinar.

O gráfico abaixo, apresenta os dados a partir da percepção das famílias quanto as suas vulnerabilidades, sendo que algumas famílias optaram por mais de uma vulnerabilidade. Podemos destacar que 29% apontaram condições precárias de moradia, sendo sua maior vulnerabilidade. Desta forma podemos afirmar a importância de investimento em oferta de políticas de habitação para as famílias em extrema pobreza.

Grafico2: Vulnerabilidades Apresentadas



vulnerabilidades apresentadas no início do programa



Fonte: Pesquisa de Campo

Para dar continuidade no trabalho social desenvolvidos, foi questionado quais os temas de maior interesse das famílias, sendo eu 48% responderam “auto estima”, 44% responderam ter interesse em conhecer o funcionamento da Política de Assistência Social, o que nos afirma o quanto é importante a informação sobre o acesso aos direitos sociais para as famílias em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza. Em seguida foram apontado os temas sobre relações familiares e os jovens e os seus projetos de vida.

Quando questionadas sobre as mudanças que as famílias tiveram através do trabalho socioeducativo, 91% responderam que tiveram “muitas mudanças” em sua organização a partir do trabalho realizado. Portanto, fica evidente que o trabalho social é de extrema importância no empoderamento, desenvolvimento de autonomia e fortalecimento de vínculo e de cidadania, despertando a capacidade da pessoa de decidir e andar por si só.

Paralelo a esta ação foram oferecidos cursos de geração de renda como: manicure, panificação, confeitaria e por fim o curso prático/ teórico de pedreiro e ajudante, que facilitou para muitos dos participantes a execução de sua reforma, sobre a supervisão do profissional pedreiro contratado pela Prefeitura.

Importante destacarmos que o trabalho social com famílias continua sendo ofertado quinzenal, através de rodas de conversas, as vezes temáticas, outras com temas trazidos pelos participantes. A continuação do trabalho se deu a partir da avaliação dos próprios participantes, sendo este espaço avaliado pelos usuários como um espaço de reflexão e crescimento que deveria continuar independente do final do Programa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto e com base no relato das famílias, ficou claro que as ações executadas tiveram um impacto positivo junto as famílias, porém não suficiente para registrar mudanças definitivas, alguns aspectos relacionados a características da região influenciam diretamente na qualidade de vida dos usuários, a renda da maioria continua insuficiente e a taxa de desemprego oscila de acordo com as épocas de plantio e colheita, a baixa qualificação também contribui para este quadro e ações nesse sentido foram implantadas.

De modo geral os principais ganhos do grupo foram a conquista da maturidade sócio-política e relacional, a ampliação dos direitos sociais; a compreensão da importância da participação nos espaços de decisões e por ultimo e não menos importante a ressignificação dos contextos relacionais, principalmente nas relações de cuidado e afeto com a prole.



Frente a esta realidade, é importante destacar que a reflexão sobre o tema não se esgota aqui. Assim, buscou-se contribuir com o debate sobre o trabalho social com famílias e suas repercussões na vida familiar através do Programa São Paulo Solidário para ações além da renda.

Desta forma destacamos alguns eixos que devem nortear o planejamento das ações junto as famílias, sendo eles: o caráter inovador da proteção social; a responsabilidade da produção coletiva; o engajamento do usuário nos serviços como experiência de construção conjunta; a convocação do direito à proteção social como condição de cidadania; a promoção do desenvolvimento Humano e a experiência do vínculo como fortalecimento de afeto e poder.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 8 de dezembro de 1993.

_____. Presidência da República. **Norma Operacional básica do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, julho de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

SIMÕES, C. **Curso de Direito do serviço social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. O.S, YAZBEK, M.C, GIOVANNI, G. **A Política Social Brasileira no Século XXI: A prevalência dos programas de transferência de renda**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SEDS, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Programa São Paulo Solidário**. São Paulo, 2013

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.